

ITR CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS PORTAL ITR

ORIENTAÇÕES GERAIS – SOLICITAÇÃO DE DENÚNCIA DE CONVÊNIO ITR PELO MUNICÍPIO

Orientações Gerais - Solicitar Denúncia de Convênio ITR

O que fazer para solicitar a denúncia de um Convênio ITR?

1 – O município deverá estar com o convênio celebrado e na situação "Convênio Vigente", acessar o Portal ITR - Página na Internet - http://www.enat.economia.gov.br/pt-br/area_nacional/areas_interesse/portal-itr-1 Ir em ITR Convênios – Serviços Disponíveis /Solicitação de Celebração, de Renovação ou de Denúncia de Convênio e utilizar o link de acesso ao ambiente e-CAC.

Este serviço de assinatura eletrônica permite aos Municípios e ao Distrito Federal manifestar a desistência de sua opção pelo convênio ITR com a União para exercer as atribuições de fiscalização, lançamento de ofício e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), conforme disposto no artigo 10 do Decreto nº 6.433, de 15/04/2008.

A manifestação da desistência do convênio é feita mediante a protocolização do Termo de Denúncia, com a assinatura eletrônica do ente federativo conveniado com a utilização de certificado digital.

Ao assinar eletronicamente o Termo de Denúncia (disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte – e-CAC) aprovado pela Resolução CGITR nº 1, de 24/09/2018, o Ente Federado desiste do convênio e aceita os efeitos inerentes.

Considera-se ocorrida a denúncia na data de sua comunicação à RFB, ou seja, na data de assinatura do Termo de Denúncia, e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que ocorrer a assinatura do Termo de Denúncia.

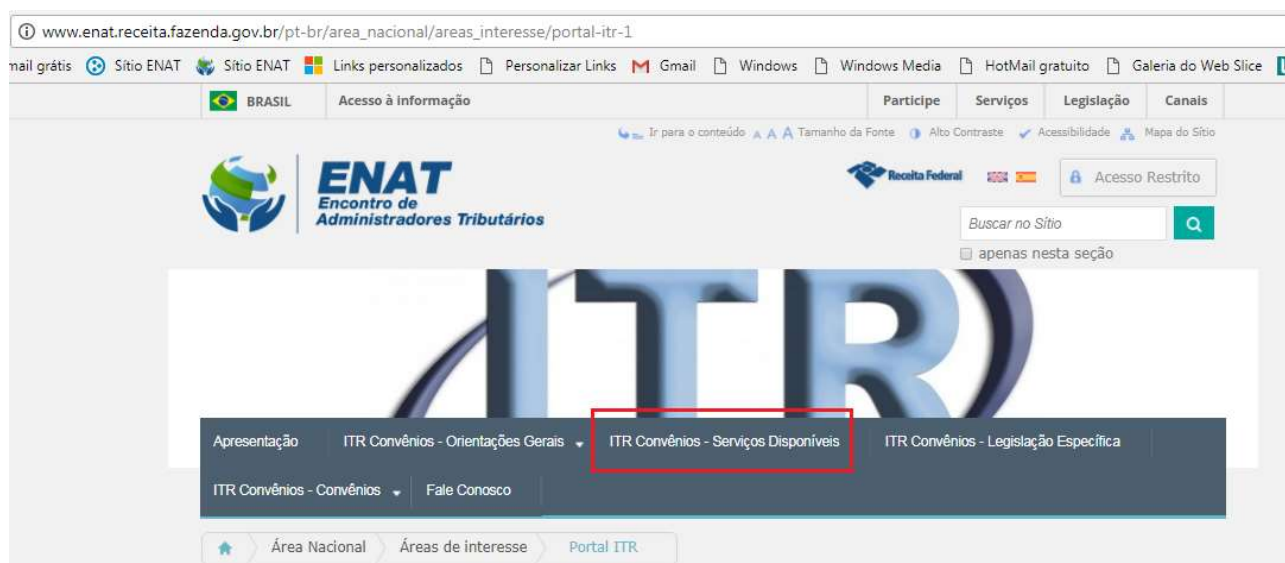
Requisitos mínimos de configuração de máquina para a realização da assinatura eletrônica:

- Browser Internet Explore 11;
- Google Chrome (a partir da versão 35) ou Mozilla Firefox;
- Java versão 8.0.

Requisitos para assinatura digital:

- Uso do Certificado Digital da Prefeitura (e-CNPJ);
- Situação cadastral do CNPJ da prefeitura na base CNPJ ser igual à Ativa
- CPF do representante legal da prefeitura contido no Certificado Digital da prefeitura for o mesmo CPF do representante legal da base CNPJ;
- Código de Natureza Jurídica do CNPJ da prefeitura contido no Certificado Digital for igual a "103-1" ou "124-4", na base CNPJ. Para o caso do Distrito Federal será validado o nº CNPJ.
- Situação do convênio = Convênio Vigente

ITR CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS – PORTAL ITR



1.1 O ambiente e-CAC está disponível exclusivamente para Municípios que possuem Certificado Digital.

2 – Solicitar a denúncia de Convênio.

2.1 Para desistir do convênio entre Municípios e Distrito Federal e a União, representada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) para efeito de delegação das atribuições de fiscalização, lançamento de ofício e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, é necessário entrar no ambiente e-CAC, com Certificado Digital (e-CNPJ) e assinar o Termo de Denúncia.

Uma vez no ambiente e-CAC, ir em Convênios e Parceiros / Denúncia Convênio ITR - Municípios



2.2 Ao clicar em Convênios e Parceiros, é exibida a tela abaixo com os respectivos dados de nome/UF e CNPJ do município:

The screenshot shows the top header of the Portal ITR with the 'cac' logo and a search bar labeled 'LOCALIZAR SERVIÇO'. Below this, there are input fields for 'CNPJ:' and 'MUNICÍPIO/UF:'. A blue button menu is visible with three options: 'Cadastro ou Troca de Responsável Legal', 'Opção Convênio ITR - Municípios', and 'Denúncia Convênio ITR - Municípios'. A red arrow points to the 'Denúncia Convênio ITR - Municípios' option.

2.3 Ao selecionar Denúncia Convênio ITR – Municípios é exibida a tela abaixo com as condições para Denúncia de Convênio:


2.4 Clicar no botão "Concordar". São exibidos a tela de Iniciar assinatura e, em seguida, o Termo de Denúncia de Convênio, formatado com os dados do município e do Responsável legal. É exibida a mensagem de bloqueio dos servidores do município ao Portal ITR.


The screenshot shows a modal dialog box titled 'Bloqueio de usuários' with the text: 'Ao assinar o Termo de Denúncia todos os servidores do município terão o acesso bloqueado no PORTAL ITR.' Below the text are 'Cancelar' and 'OK' buttons. In the background, the main screen shows the 'cac' logo, input fields for 'CNPJ:' and 'MUNICÍPIO/UF:', and a large text block containing legal references. At the bottom, there are 'Concordar' and 'Sair' buttons.

O Município ou Distrito Federal, ao protocolizar e confirmar a desistência de sua opção de convênio na forma prevista no inciso I do artigo 11 do Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008 e pelo Decreto nº 6.770, de 10 de fevereiro de 2009, e na forma prevista no inciso I do art. 19 da Instrução Normativa nº 1.640, de 11 de maio de 2016, denuncia, formalmente, e na mesma data da protocolização, ao convênio celebrado com a Secretaria Especial da Receita Federal disposto no Art. 1º da Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, conforme abaixo:

Ao assinar eletronicamente o Termo de Denúncia aprovado pela Resolução CGITR nº 01, de 24 de setembro de 2018, o Ente Federado acima identificado desiste de sua opção de convênio e aceita os efeitos inerentes.

LOCALIZAR SERVIÇO





Termo de Denúncia de Convênio

TERMO DE DENÚNCIA DE CONVÊNIO

CNPJ:
MUNICÍPIO/UF:

O Ente Federado, acima identificado, manifesta sua desistência ao convênio celebrado com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), para exercer as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de que trata o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, nos termos da Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, e do Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008 e pelo Decreto nº 6.770 de 10 de fevereiro de 2009.

A vigência da denúncia do convênio será a partir da data da assinatura deste termo da sua protocolização e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que ocorrer a denúncia.

Iniciar Assinatura

2.5 Clicar em "Iniciar Assinatura" e depois no botão "Concluir".

Termo de Denúncia de Convênio

1

de 1

ANEXO III - RESOLUÇÃO CGITR Nº 1, DE 24/09/2018
TERMO DE DENÚNCIA DE CONVÊNIO

CNPJ:
MUNICÍPIO/UF:

O Ente Federado, acima identificado, manifesta sua desistência ao convênio celebrado com a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), para exercer as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de que trata o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, nos termos da Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, e do Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008 e pelo Decreto nº 6.770 de 10 de fevereiro de 2009.

A denúncia do convênio vigorará a partir da data da protocolização deste termo, e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que ocorrer a denúncia.

Responsável legal perante a RFB:
Nome:
CPF:

Data de Manifestação da denúncia: 12/05/2021

Assinar

Concluir

Clique no botão **Concluir** após assinar o(s) documento(s).

2.6 Após clicar em Concluir, o convênio ficará na situação "Denúncia Vigente" e será encaminhado para publicação em DOU.

2.7 É exibida a mensagem de bloqueio dos servidores do município:

CNPJ:

MUNICÍPIO/UF:

O acesso ao PORTAL ITR foi bloqueado para todos os servidores do município.

Voltar para a Página Inicial

2.8 Se o município (e-CNPJ) sair do e-CAC sem clicar no botão CONCLUIR, a situação da solicitação de denúncia ficará DENÚNCIA SOLICITADA, ou seja, ainda não foi concluída. O município (e-CNPJ) deverá retornar à opção de "Conveniados e Parceiros" no e-CAC e acessar a opção "Aderir/Atualizar convênio para fiscalização e cobrança ITR".

ITR CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS – PORTAL ITR

Captura de tela do Portal ITR. O menu de navegação superior contém os seguintes itens: Cadastros, Certidões e Situação Fiscal, Cobrança e Fiscalização, **Convenidos e Parceiros** (destacado com um retângulo vermelho), Declarações e Demonstrativos, Dívida Ativa da União, Dívida Ativa PGF, Legislação e Processo, Pagamentos e Parcelamentos, Regimes e Registros Especiais, Restituição e Compensação, Sem grupo definido, Senhas e Procurações, Simples Nacional, e Outros.

Na seção 'Convenidos e Parceiros', há duas opções de menu:

- Convênio ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
 - Aderir/Atualizar convênio para fiscalização e cobrança ITR (destacado com uma seta vermelha apontando para a esquerda)
- SISTEMA DE PREÇOS DE TERRAS – SIPT
 - Cadastrar o Valor da Terra Nua (VTN) dos Municípios e DF

2.9 Será exibida a tela abaixo com a situação da solicitação da denúncia, ir na opção Denúncia Convênio ITR – Município.

Logo do eCAC - CENTRO VIRTUAL DE ATENDIMENTO.

LOCALIZAR SERVIÇO

CNPJ:

MUNICÍPIO/UF:

SITUAÇÃO: Denúncia Solicitada


☒ Cadastro ou Troca de Responsável Legal

☒ Opção Convênio ITR - Municípios

☒ Denúncia Convênio ITR - Municípios (destacado com uma seta vermelha apontando para a esquerda)

2.10 Será exibida a tela abaixo, clicar em Prosseguir e depois clicar diretamente no botão CONCLUIR.

ITR CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS – PORTAL ITR


 CAC
CENTRO VIRTUAL
DE ATENDIMENTO

LOCALIZAR SERVIÇO

CNPJ:

MUNICÍPIO/UF:

Existe uma solicitação de denúncia ao convênio para este município em andamento.

 [Prosseguir](#) [Voltar para a Página Inicial](#)

Termo de Denúncia de Convênio

1 de 1

ANEXO III - RESOLUÇÃO CGITR Nº 1, DE 24/09/2018
TERMO DE DENÚNCIA DE CONVÊNIO

CNPJ:
MUNICÍPIO/UF:

O Ente Federado, acima identificado, manifesta sua desistência ao convênio celebrado com a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), para exercer as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de que trata o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, nos termos da Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, e do Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008 e pelo Decreto nº 6.770 de 10 de fevereiro de 2009.

A denúncia do convênio vigorará a partir da data da protocolização deste termo, e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que ocorrer a denúncia.

Responsável legal perante a RFB:
Nome:
CPF:

Data de Manifestação da denúncia: 12/05/2021

[Assinar](#)

[Concluir](#)

Clique no botão **Concluir** após assinar o(s) documento(s).